

O congelamento ameaça todo o ensino particular

ELIZABETH MUNHOZ

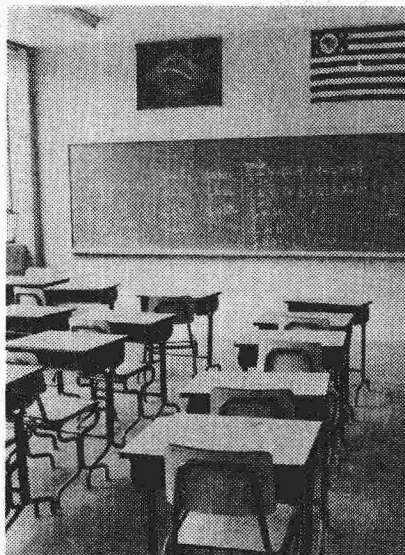
O ensino particular está ameaçado. E, se o governo federal não autorizar o descongelamento das anuidades, muitas escolas de 1º e 2º graus não abrirão suas portas no ano que vem. Em São Paulo, certamente 30% dos sete mil estabelecimentos de ensino não vão funcionar. A denúncia é do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, que vem alertando as autoridades sobre esta situação desde o início do ano, quando da implantação do Plano Cruzado.

A nova política econômica ainda mostrou diferentes caminhos para o profissional que mal consegue ganhar Cz\$ 50,00 por hora, depois de 20 anos de carreira. Assim, a evasão dos professores está sendo inevitável. João Eduardo Cardoso de Miranda é um exemplo. Com 14 anos de magistério, lecionava em duas das melhores escolas da região do ABC, além de dirigir um colégio do Estado, e não conseguia ter renda mensal superior a Cz\$ 10 mil. Abandonou tudo e montou seu "Espaço", um centro de esporte, lazer e orientação educacional.

Um levantamento do Sindicato dos Professores de São Paulo acusa um aumento de 200% nos pedidos de demissão dos professores atraídos por melhores salários fora do magistério. Só este ano a entidade homologou mais de dois mil pedidos de dispensa de profissionais da rede particular contra menos de 200 verificados em 1985. "O descrédito é geral na profissão", lamenta o presidente da entidade, José Leopoldino de Azevedo. Um dos motivos: "Esta é a única profissão exercida por vários outros profissionais — médicos, engenheiros, economistas, advogados, dentistas —, que têm o magistério como atividade secundária, o que justifica a falta de estímulo para reivindicar melhores salários". Leopoldino garante ainda que a situação acontece em todos os níveis do ensino.

Preocupados com a evasão, dirigentes do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino lançaram uma campanha de valorização do professor. "Entendemos que a Educação deva ter tratamento especial. Não é como a carne, que, amanhã, perdendo seu potencial, recompoê o mesmo nível de qualidade", diz José Aurélio de Camargo, presidente da entidade. Apesar de lamentar, ele ironiza: "Pelo absurdo da atual situação, só faltaria o governo perceber o que fez para a destruição do sistema educacional privado e aplicar a lei delegada número 4. Sairia confiscando os ex-professores, que estarão em outras atividades, obrigando-os a voltar às escolas".

José Aurélio, que participou nos últimos dois dias de um congresso latino-americano sobre o ensino privado, em Buenos Aires, não é contra o Plano Cruzado. Apenas não concorda com as distorções ocorridas no setor educacional, pois o decreto que regulamentou as mensalidades congelou os valores abaixo das necessidades das escolas. Contatos com as autoridades educacionais e econômicas foram feitos. Pedidos de revisão setorial entregues.



Escolas já estão fechando

Até hoje, nenhuma resposta foi dada, mesmo porque "a única resposta seria a correção do erro cometido pelo governo federal", diz Camargo. Diante disso, a diretoria do Sindicato resolveu lançar a proposta de "livre negociação" entre escolas e pais de alunos. O presidente José Sarney, com quem Camargo se reuniu na semana passada, achou a "proposição muito engenhosa e diferente das que vem recebendo". Por isso, segundo o presidente da entidade, Sarney garantiu que "ia conversar com João Sayad", ministro do Planejamento.

Também os membros do Conselho Estadual de Educação foram informados sobre a proposta do sindicato, que amanhã mesmo começa a ser discutida em reuniões de José Aurélio com os mantenedores das escolas particulares da Capital e do Interior. "A pressão dos proprietários é terrível", comentou. Para ele, "independente de o governo autorizar ou não o reajuste, o problema será resolvido" com todo encargo e risco sendo assumidos pelo presidente do sindicato.

Proposta inconstitucional? José Aurélio não acredita nisso. Ao contrário, acha que a "livre negociação" será muito bem aceita pelas escolas e pais de alunos, que conhecem a situação de abandono no magistério. "Inconstitucional — prossegue — é a medida do governo que definiu em 69,59% o reajuste das mensalidades depois do Plano Cruzado, quando os Conselhos Federal e Estaduais de Educação já tinham aprovado o índice de 89,35%, o IPCA de janeiro."

O presidente do sindicato diz mais: "A entidade vai assumir essa fase de transitoriedade, já que o Conselho Estadual de Educação não se acha apto a legislar nesta questão, com diferenciais de preços por contrato de adesão ou por contribuições voluntárias, que já estão ocorrendo em várias escolas." Contribuições de pais de alunos, que percebem as dificuldades.

Marisa Schimidt, dona da Novo Tempo, que reúne cem alunos na pré-escola, está sendo procurada pelos pais. "Espontaneamente, eles

querem contribuir. E com humildade estou pensando em aceitar, embora este não seja o caminho, a melhor saída." A mensalidade da escola de Marisa é de Cz\$ 220,00, "muito mais barato que um dia de passeio com uma criança, que quer hambúrguer, pede para ir ao cinema ou num parque de diversão".

A Novo Tempo vai receber ajuda voluntária. Mas o tradicional Colégio Santa Cruz, instalado num terreno de 50 mil metros quadrados no Alto de Pinheiros, não viu outra saída: pediu aos pais de seus 1.700 alunos uma doação de Cz\$ 1.800,00. O padre Lionel Corbell, diretor do colégio, assinou uma circular, com "assunto urgente", explicando que, para dar continuidade à qualidade do corpo docente, sua remuneração e garantir o nível de ensino, era preciso fazer esta solicitação.

Assim, o padre Lionel vai poder planejar o ano letivo de 1987 atendendo às reivindicações salariais dos professores e funcionários da escola, hoje frequentada por netos do governador Franco Montoro e filhos de ministros do governo federal.

A mantenedora do Externato Jaraguá, nos Jardins, não pediu doações aos pais de seus mais de 500 alunos. Decidiu pelo mais drástico: fechar as portas no final deste ano. Os alunos já foram comunicados da decisão, tomada dias atrás, e os pais estão sendo orientados para optar por outras escolas do mesmo nível. Pêrsio Pacheco e Silva, diretor administrativo da mantenedora do Jaraguá, disse que em maio a entidade deu um aumento aos professores de 20% acima do estabelecido, "que esperávamos absorver com um reajuste nas anuidades ainda este ano", que não houve. "Com o congelamento dos preços, este assunto está esgotado", garantem autoridades do Ministério da Educação.

Também o Instituto Anjo da Guarda, no Alto da Lapa, está em dificuldades. As diretoras, irmãs da congregação salesiana, já reduziram despesas, mas nada adiantou: em 1987 a escola não vai mais funcionar. As que não fecham reduzem a assistência permanente que davam aos alunos. O Colégio Quarup, no ABC, para não perder a qualidade do nível de ensino, um dos melhores na região, diminuiu o atendimento médico e psicológico aos mil alunos. O diretor, Arnaldo Salvo Conceição, não fala em fechamento. Mas garante que "este ano o colégio está funcionando graças ao sacrifício de seus proprietários e de empréstimos".

Situação mais delicada enfrentam os colégios religiosos. Reginaldo de Franceschi, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, lembrou que essas escolas não buscam lucros. Com as mensalidades, pagam os encargos trabalhistas e outras despesas. Não trabalham com o dinheiro.

O Plano Cruzado, que desencadeou essa crise, criou um fato inédito: greve de professores de 1º e 2º graus do ensino particular. Somente em outubro, cinco colégios pararam. Alguns já encerraram a paralisação. Outros continuam com o movimento por melhores salários.